

Projeto sobre desaparecidos vai à sanção presidencial

Senado aprova proposta que reconhece como mortos 136 militantes políticos desaparecidos de 2 de setembro de 61 a 15 de agosto de 79. Famílias poderão ser indenizadas pelo Estado



Sarney preside a sessão em que foi promulgada a emenda que flexibiliza o monopólio do petróleo

Aprovada troca de parte da dívida interna por externa

O plenário do Senado aprovou ontem projeto que autoriza a União a executar a segunda parte do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no valor de US\$ 5 bilhões.

O Programa visa a substituição da dívida mobiliária interna por dívida externa, que tem juros e custos menores e maiores prazos. A primeira parte, já aprovada em 1994, emitiu títulos no total de US\$ 2 bilhões.

A matéria gerou dúvida para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que, baseado em parecer da Consultoria Jurídica, encaminhou requerimento - rejeitado - para que o projeto fosse reexaminado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Sarney: Congresso assegurou estabilidade na economia

Ao presidir ontem a promulgação da Emenda Constitucional nº 9, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, o senador José Sarney afirmou que o Congresso Nacional cumpriu seu dever, garantindo ao presidente da República os instrumentos necessários à normalização da economia.

A atuação dos presidentes do Senado e da Câmara na aprovação das alterações na Ordem Econômica foi destacada pelos líderes do governo. O deputado

Germano Rigotto, líder do governo no Congresso, afirmou que o Parlamento se engrandeceu ao votar questões polêmicas, sobre as quais era necessário deliberar.

O líder do Governo no Senado, Elcio Alvares, disse que o senador Sarney tem sido "um parceiro para o presidente", mencionando, também, a importância da atuação da Mesa da Câmara, presidida pelo deputado Luís Eduardo Magalhães, e dos líderes partidários.

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem o projeto de lei que reconhece como mortas 136 pessoas desaparecidas durante o período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Como na Câmara, o projeto de iniciativa do presidente da República foi mantido na íntegra. A proposta abre a possibilidade de indenização às famílias das vítimas.

Conforme o parecer do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que rejeitou emendas ao projeto, outros nomes que não constam da lista de 136 poderão ser apresentados, para idêntico reconhecimento, à comissão especial que deverá ser criada no âmbito do Ministério da Justiça.

Pela Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou em plenário parecer também favorável ao projeto.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou a importância histórica da votação e o senador Roberto Freire (PPS-PE) confessou-se emocionado: "Momentos como esse justificam nossa luta", afirmou, lembrando que parte da história recente do país estava sendo resgatada.

Para o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), fechou-se um ciclo de arbítrio e de violência política. Os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Josaphat Marinho (PFL-BA) e Edison Lobão (PFL-MA) também se manifestaram favoravelmente ao projeto.

NESTA EDIÇÃO

**Amorim é
contra ensino
superior gratuito**

Página 3

**Encontro pela
democracia
racial**

Página 2

Democracia racial é tema de encontro no Senado

Debates de hoje fazem parte das celebrações dos 300 anos da morte de Zumbi, que terão ainda uma exposição de arte negra e uma mostra de cinema

Homenagem a presidente do Senado suíço

O presidente do Conselho dos Estados (Senado) da Confederação Suíça, Niklaus Kucher, em visita ao Brasil, foi homenageado ontem no plenário do Senado. A saudação foi feita pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

— É importante a presença do presidente do Parlamento suíço, uma nação fiel à democracia. O Sr. Niklaus Kucher traduziu o interesse de seu país em incrementar as relações políticas e econômicas entre os dois países — disse Antonio Carlos Magalhães.

Aprovada a indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou, em reunião secreta presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), os nomes de Fernando Guimarães Reis para embaixador do Brasil no Japão, e de Sérgio Martins Thompson Flores para o Sultanato de Omã.

Em reunião aberta, foram aprovados tratados com o Paraguai, sobre veículos furtados, e com a França, relativo à repressão às infrações aduaneiras.



Paulo Renato (E), ao lado de Arlindo Porto, debate na Comissão

Ministro debate com senadores obras paralisadas na educação

Com um repasse total de R\$ 430 milhões, o governo pretende concluir 670 unidades escolares que se encontram inacabadas por todo o país, admitindo ainda a possibilidade de que o levantamento final desse quadro revele outros 150 estabelecimentos escolares dependentes de novos repasses orçamentários para ficarem em condições de atender suas comunidades. Estas foram as informações levadas ontem pelo ministro Paulo Renato Souza, da Educação, aos senadores que integram a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, duran-

te debate em torno das providências para acabar com o problema das obras públicas inacabadas que se espalham por todos os estados brasileiros.

Após a exposição inicial do ministro, que enfatizou o compromisso governamental com a conclusão de 170 CAICs inacabados e o repasse de verbas para equipar outros 320, os senadores manifestaram preocupações com a escassez de verbas para desenvolver as atividades escolares e a falta de vagas para atender todas as crianças em idade escolar.

Rodovia "Ingo Hering"

O Senado aprovou ontem projeto de lei apresentado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro dos Transportes, Odacir Klein, que denomina a BR-470 de "Rodovia Ingo

Hering". Recentemente inaugurada, a rodovia parte da cidade de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, e estende-se até a divisa com o Estado do Rio Grande do Sul.

O Senado promove hoje, a partir das 9h, no auditório Petrônio Portella, o Encontro Parlamentar pela Democracia Racial, como parte das celebrações dos 300 anos da morte de Zumbi, o líder político do Quilombo dos Palmares. Além de debates, será aberta uma exposição sobre arte negra, no Salão Negro do Congresso, e uma mostra de cinema, no Cine Brasília, de 23 a 27 de novembro.

Os eventos estão a cargo da Comissão Especial Temporária do Senado destinada a implementar as atividades comemorativas do tricentenário de Zumbi, presidida pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Para ela, muito já se disse sobre o líder negro, mas pouco até agora foi feito para o resgate da sua importância. "Ele não deve ser visto apenas como herói dos negros, mas sim como símbolo da luta pela liberdade e contra a opressão."

Benedita da Silva considera as atividades dos 300 anos da morte de Zumbi uma oportunidade "para a discussão sobre a democracia racial e sobre a realidade do negro brasileiro".

— A superação do mito da democracia racial deve ser perseguida por todas as pessoas comprometidas com a verdadeira democracia. Este tricentenário chama a atenção sobre a exclusão social do negro — afirma a senadora.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

9h - Preside a abertura do Encontro Parlamentar pela Democracia Racial.

10h - Preside Sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado
COMISSÕES

9h - Comissão encarregada das homenagens a Zumbi
Pauta: Encontro Parlamentar pela Democracia Racial.
Local: Auditório Petrônio Portella.

Ernandes Amorim quer acabar com ensino superior gratuito

Senador também apresenta, entre outros, projeto que obriga fabricante de cigarros a indicar percentual de nicotina

Projeto que acaba com a gratuidade do ensino superior em estabelecimentos públicos foi apresentado pelo senador Ernandes Amorim (RO), para quem o atual modelo de ensino superior privilegia os segmentos mais abastados da sociedade brasileira. Pela proposta, as escolas oferecerão bolsa de estudo, parcial ou total, para os alunos menos



Amorim

favorecidos, segundo a renda familiar.

O senador também apresentou uma proposta de emenda à Constituição garantindo, aos servidores militares dos antigos territórios, o direito de exercer a opção

pela permanência nos quadros da União ou pela transferência para os novos estados.

Outro projeto de Ernandes Amorim obriga os fabricantes

de cigarros e outros derivados do fumo a indicar, nas embalagens, os percentuais relativos aos teores de nicotina e de monóxido de carbono.

Também por projeto de Amorim, os clubes e federações de futebol poderão perder o percentual que recebem da Loteria Esportiva Federal. A renda iria para o fomento ao esporte não-profissional e para a manutenção das Associações das Pioneiras Sociais.

PSB vive um novo momento, diz Ademir



Ademir

“O PSB vive um novo momento”, afirmou o senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao anunciar o 4º Congresso Estadual

al que o partido estará promovendo de hoje até domingo, em Belém. O senador informou que lideranças de 106 dos 108 municípios do Pará estarão participando do encontro, que contará também com a presença dos governadores Miguel Arraes, João Alberto Capiberibe e Almir Gabriel. Também de 16 a 18 deste mês, segundo Ademir Andrade, o PSB reunirá em Recife todas as suas lideranças, na convenção nacional do partido.

Ademir lembrou que, fundado em 1946, extinto 20 anos depois, “o partido se reconstruiu a partir de 1985 e vem crescendo na busca da igualdade social”. No ano passado, além de eleger 15 deputados federais, ganhou também os governos de Pernambuco e do Amapá e a prefeitura de Maceió.

Cafeteira sugere votar emenda da reeleição

O senador Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPB, pediu que o governo autorize suas lideranças a colocar logo em votação a emenda constitucional que permite a reeleição

para presidente da República, governadores e prefeitos. “Sou favorável à reeleição. Com ela, quem está no poder vai arregaçar as mangas e trabalhar, ou não será reeleito”, argumentou.



Cafeteira

Cafeteira discorda de quem acha que é cedo para tratar de reeleição. “Tem de começar a discutir agora, para não se dizer depois que se trata de casuísmo.”

Também debateram o tema os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo, Ney Suassuna (PMDB-PB), Roberto Freire (PPS-PE) e Josaphat Marinho (PFL-BA).

Marina Silva acusa governador do Acre

“O governador do Acre manipula parte dos meios de comunicação para atacar os senadores do estado que denunciam os atos de irregularidades que ele pratica contra o povo acreano”. A declaração partiu da senadora Marina Silva (PT-AC), ao registrar que o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, encontra-se no Acre apurando as denúncias cometidas pelo governo daquele estado.

- O Acre não pode continuar vendo o seu nome sendo manchado pelas irregularidades cometidas pelo governador - declarou Marina. A senadora inseriu em seu pronunciamento editorial do *Jornal do Brasil*, no qual se pedem garantias de vida para o seu correspondente no Acre.

A senadora registrou a série de denúncias que o Procurador-Geral vem realizando no estado.

Coutinho: morte de Rabin reforça paz

Os grupos radicais que esperavam emperrar o processo de paz do Oriente Médio com o assassinato do primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, irão se frustrar, opinou em plenário o senador Coutinho Jorge (PMDB-PA). Ele lembrou que a paz saiu fortalecida em episódios parecidos do passado, como os assassinatos do Mahatma Gandhi, na Índia, e de Anwar Sadat, no Egito.

Coutinho Jorge condenou o fanatismo e o radicalismo nos campos político e religioso e disse que a luta contra os radicais deve ser ampliada. Ele pediu que a Mesa do Senado providencie junto à embaixada de Israel cópia dos pronunciamentos dos chefes de Estado no sequestro do líder israelense, para que constem dos anais da Casa.

Josaphat pede transcrição de artigo

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pediu a transcrição nos anais do Senado de artigo do professor Jorge Calmon, diretor-chefe do jornal *A Tarde*, de Salvador, sob o título “O Eclipse da Estabilidade”. Conforme o senador, trata-se de um texto com elementos valiosos de Direito Constitucional para denunciar a extinção da estabilidade a que têm direito os funcionários públicos.

TV SENADO 

Assista ao *Jornal do Senado* na Rede Vida

TVA - canal 34
NET - canal 40

De segunda a sexta, às 18h30

Uma produção da Central de Vídeo do Senado Federal

Relatório da CPI vai propor a reorganização do setor mineral

Romero Jucá defende nova ordenação do setor, com valorização do trabalho do garimpeiro, para combater o contrabando de pedras

O relatório final da CPI da Mineração contribuirá para a reorganização dessa atividade econômica, em todos os seus aspectos, de forma a valorizar o trabalho do garimpeiro e evitar grandes distorções que ocorrem hoje, como é o caso do contrabando de pedras semipreciosas extraídas no país, estimado em 80% da produção nacional.

A afirmação é do relator da CPI, senador Romero Jucá (PFL-RR), que pretende sugerir, ao final dos trabalhos da comissão,

na próxima reunião, no próximo dia 20, nova ordenação para o setor, desde critérios e mecanismos para a concessão de autorizações para a pesquisa e lavra de minérios, até inovações na legislação que regula a formação de cooperativas de garimpeiros.

Na reunião de ontem, presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), a CPI debateu denúncias de irregularidades na exploração do garimpo de esmeraldas de Nova Era (MG). As denúncias foram

colhidas pessoalmente por senadores que visitaram recentemente a região, muitas delas relacionadas com a Coogemig (Cooperativa Mista dos Garimpeiros do Centro-Oeste de Minas Gerais). Dois de seus dirigentes foram ouvidos: o presidente, Sérgio Casadey, e o vice, coronel Marcos Ventura Guimarães. Os dois negaram arbitrariedades na administração da cooperativa, denúncias de formação de milícia armada e abuso de poder.

Diagnóstico da corrupção em documento do PT

O líder do PT no Senado, Eduardo Suplicy (SP), pediu a transcrição nos anais da Casa de documento em



Suplicy

que seu partido faz um diagnóstico dos crimes de corrupção praticados no Brasil, com um apanhado das informações apuradas nas comissões parlamentares de inquérito instaladas no Legislativo.

Dizendo que o país ainda tem muito a fazer na luta contra a corrupção, Suplicy disse que o documento contém um cronograma de como o Brasil deve agir para combater essa prática.

Tuma faz relato de reunião da Interpol



Romeu Tuma

O senador Romeu Tuma (SP) fez um relato da 64ª reunião da Assembleia-Geral da Interpol, ocorrida no mês passado

em Pequim com a finalidade de estreitar a colaboração entre as autoridades policiais sobre a prática do crime organizado internacional, especialmente o tráfico de drogas e de armas. Conforme o parlamentar, o encontro serviu também para discutir as medidas a serem tomadas em conjunto pelos países integrantes do Mercosul.

Crise do gás preocupa Campos

Autor de projeto de lei destinado a responsabilizar criminalmente dirigentes de empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo que não requalificam seus botijões, o senador



Júlio Campos

Júlio Campos (PFL-MT) disse que simultaneamente a essa discussão o Legislativo deve observar a crise em que se encontram essas distribuidoras, em decorrência da irreversibilidade tarifária praticada pelo governo. Ele explicou que sua iniciativa visa a preservar a segurança de 130 milhões de consumidores de gás de cozinha no País, visto que só uma fiscalização rigorosa será capaz de punir responsáveis e preservar

a segurança do consumidor. Mas reconheceu que as distribuidoras estão em crise.

O senador disse que foi procurado recentemente por representantes do Sindicato Nacional

das Empresas Distribuidoras de Gás, que lhe relataram que a situação de insegurança nesse setor resulta da política econômica do país. O Sindicato alegou para o senador que, nos últimos dez anos, o preço do botijão de gás no Brasil despencou em relação aos outros países. As distribuidoras alegam que seus preços são estabelecidos pelo governo, que lhes deixa margens de lucros quase inexistentes.

Regimento não muda para acelerar fundo

O presidente do Senado, José Sarney, assegurou ontem que a instituição não vai alterar seu Regimento para acelerar o rito de apreciação da reforma constitucional proposta pelo governo. Sarney adiantou que, cumpridas as formalidades legais para alterações no texto constitucional, o menor prazo possível é de 27 dias, conforme levantamento da Mesa.

Dificilmente o Senado votará, até o final desta sessão legislativa, o Fundo de Estabilização Financeira (FEF), tendo em vista os prazos regulamentares para tramitação da matéria, segundo Sarney.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helivaldo Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade ■ **Editores:** Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**